

Governo negocia com estados

GAZETA MERCANTIL 25 JUL 1989
25 JUL 1989

por Cláudia Safatle
de Brasília

Ao mesmo tempo que controla o déficit público do governo central na gerência diária do caixa do Tesouro, o secretário do Tesouro Nacional, Luiz Antônio Andrade Gonçalves, tenta uma negociação com os governos estaduais e municipais para equacionar as dívidas geradas pelos empréstimos-ponte que atingem a casa dos US\$ 12 bilhões (estoque estimado para o final deste ano).

Esses empréstimos-ponte representam a antecipação de recursos que o Tesouro Nacional vem fazendo há alguns anos para que o Banco do Brasil cubra as dívidas externas dos governos estaduais e municipais até que estes concretizem as operações de "re-lending" com os credores internacionais.

Só que essa dívida não vem sendo quitada pelos governos estaduais e municipais junto ao Tesouro e Andrade Gonçalves pretende enviar, até o final deste mês, ao Congresso Nacional um projeto de lei ou uma resolução (ao Senado) para "limpar essa conta" nos próximos vinte anos. Ou seja, estados e municípios deverão saldar esse estoque de dívida ao longo dos próximos vinte anos, sem carência para juros ou principal, desembolsando recursos próprios. Essa é uma colaboração que a atual gestão do Tesouro pretende deixar para o próximo governo.

QUEDA DE BRAÇOS

Contrariando a boa técnica,



Luiz Antonio Andrade
Gonçalves

ca, que recomenda controlar despesas de modo compatível com as receitas, na elaboração do Orçamento Geral da União, a Secretaria do Tesouro Nacional vem realizando uma verdadeira "queda de braços" na saída do caixa, para segurar os gastos do governo central.

Andrade Gonçalves reconhece essa distorção, mas argumenta que não há outra alternativa e deixa claro que não pretende abrir mão desse controle por uma simples razão: a sua contrapartida seria a liberação para emissão de títulos públicos federais no mercado financeiro e nesse mercado a ordem do Ministério da Fazenda é taxativa: "não vamos fazer marola no mercado de títulos".

E com base na lei que determina gastar somente o que o Tesouro conseguir arrecadar em tributos e contribuições, que a prática do

STN tem sido a de postergar despesas e não financiar investimentos do setor público.

Hoje, segundo Andrade Gonçalves, o Tesouro está liberando apenas 40% da demanda por recursos do orçamento de custeio e capital — que envolve todos os gastos da administração direta, exceto os gerados por pagamento de pessoal, dívida e transferências constitucionais.

Como esses gastos, considerados incompressíveis, representam 92% da receita, sobram apenas 8% do orçamento para custeio e capital, e, destes, saem efetivamente para os ministérios e seus órgãos coligados algo como 35 a 40% do pretendido.

FALTAM RECURSOS

Nessa linha, já começam a faltar recursos para programas sociais como é o caso do programa do leite para a população carente, que deverá ser objeto de dotação suplementar de recursos a ser submetida ao Congresso Nacional. O mesmo deverá ocorrer com diversos ministérios — inclusive os militares, que tiveram aumento de salários recentemente — cuja dotação orçamentária para pagamento de salários se esgota no mês que vem.

Se aprovada a extensão do gatilho salarial para o funcionalismo público, deverá ser ainda mais comprimido o espaço que o orçamento dispõe, de 8% dos gastos totais, para atender

às contas de outros custeios e capital, observou o secretário do Tesouro.